

ATA RELATIVA À AUDIÊNCIA PÚBLICA – PRESTAÇÃO DE CONTAS - DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS METAS FISCIAS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2021

Visando o cumprimento da legislação em vigor, Lei Complementar nº 101/2000, art. 9º, §4º, os representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, Fundação e Autarquias Municipais disponibilizam a Audiência Pública referente à prestação de contas do terceiro quadrimestre de 2021, aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 2022, às 13 horas. Em caráter excepcional, a audiência é realizada em ambiente virtual, gravada na sede da Câmara, sita à Rua Humaitá, nº 1167, centro, nesta cidade de Indaiatuba/SP, em respeito as determinações que proíbem a aglomeração de pessoas e em virtude da necessidade da adoção de medidas de limitação de circulação e restrição ao contato social, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de relevância internacional do novo Coronavírus (COVID-19), o que justifica a ausência da lista de presença. O convite para participação da população na audiência foi divulgado em diversas edições da Imprensa Oficial do Município, bem como nos "sites" da Prefeitura e da Câmara Municipal. Foram estabelecidas as seguintes diretrizes para a realização da audiência: a) que os representantes das entidades realizariam previamente a gravação de suas apresentações, e que, em seguida, o vídeo da audiência, seria disponibilizado no site da Câmara Municipal de Indaiatuba, através do canal: <https://www.indaiatuba.sp.leg.br/transparencia/audiencia-publica>; b) que este canal também seria disponibilizado para suprir todas as informações necessárias para a participação dos munícipes – perguntas, comentários ou sugestões, sendo exigida a identificação dos munícipes cidadãos, com nome completo, instituição que representam ou o bairro onde moram; c) que conteúdos anônimos, ofensivos ou que não guardassem relação com o tema em debate seriam descartados; d) que em não havendo tempo hábil para a leitura e discussão de todas as mensagens, essas seriam remetidas aos órgãos competentes para posterior resposta; e, e) que as dúvidas ou contribuições também poderiam ser encaminhadas para o e-mail: fazenda.audiencia@indaiatuba.sp.gov.br, até o dia 25 de fevereiro, devendo limitar-se exclusivamente ao tema da audiência. A Secretária Adjunta da Fazenda, Paula Fernanda Sciamarelli, realizou a apresentação geral da audiência, explicando quanto a periodicidade e a finalidade de sua realização, e que, de acordo com o roteiro, as explanações quanto a avaliação das metas fiscais e dos resultados do 3º quadrimestre do exercício de 2021 ocorreriam de forma individualizada, por parte de cada entidade integrante do orçamento municipal: Administração Direta (Prefeitura) e Administração Indireta (autarquias e fundação). Informou que caberia a ela, enquanto representante da Prefeitura, a demonstração e avaliação das metas fiscais da Prefeitura e daquelas cujas apurações são realizadas no âmbito do Poder Executivo e que, em seguida, cada entidade da Administração Indireta também realizaria a respectiva apresentação. A Secretária Adjunta da Fazenda destacou que houve a apresentação das metas do 1º e do 2º quadrimestres, nos meses de maio e setembro de 2021, mas que nestas ocasiões as informações são parciais, pois somente na apresentação relativa ao 3º quadrimestre, que coincide com encerramento do exercício, é possível verificar de forma definitiva se as metas projetadas foram realmente atingidas. Quanto às dúvidas e solicitações de esclarecimentos, salientou que os interessados poderiam encaminhá-las para o e-mail: fazenda.audiencia@indaiatuba.sp.gov.br. Passando a

demonstração e avaliação das metas fiscais da Prefeitura, a Secretária Adjunta da Fazenda, Paula Fernanda Sciamarelli, para melhor compreensão dos resultados de 2021, realizou uma breve retrospectiva do exercício de 2020, quando teve início a pandemia e houve queda na arrecadação, momento em pairavam muitas incertezas que dificultaram o trabalho de planejamento. Explicou que o orçamento para o exercício de 2021 foi elaborado nesse ambiente de crise sanitária e econômica, de forma conservadora. Mas como no final do exercício de 2020 começou a ocorrer a recuperação econômica e avanço do processo de imunização, a arrecadação foi restabelecida, o que acabou gerando um resultado bastante positivo em 2021, com superação das metas previstas. Seguindo com a apresentação, em relação a despesa, abordou a questão do princípio do equilíbrio orçamentário, justificando o valor da despesa prevista da prefeitura inferior à previsão da receita, devido as transferências financeiras as outras entidades que compõem o orçamento do município e que dependem da arrecadação da Prefeitura para o desenvolvimento de suas atividades. Quanto as despesas da prefeitura também houve a superação da meta, em consequência do resultado positivo da receita, portanto as metas de receitas e despesas foram não somente atingidas, mas também superadas no exercício de 2021. Salientou que essa superação das metas de arrecadação também pode ser atribuída as altas inflacionárias e da taxa de juros, fenômenos que infelizmente levam não somente ao acréscimo das receitas, mas também das despesas. Como discorreu, o ideal seria que a receita sofresse elevação somente por conta do crescimento econômico, porque o acréscimo da arrecadação por conta das variáveis econômicas tidas como “vilãs” provocam uma falsa ideia de crescimento, já que nessas condições a despesa cresce automaticamente para a administração pública, assim como ocorre no bolso do consumidor. Destacou ainda quanto ao crescimento do PIB do Estado de São Paulo bem superior ao PIB do Brasil, como sendo mais um fator que explica o bom resultado da arrecadação municipal. Explanou sobre a posição das informações em 31 de dezembro, quanto ao risco de serem interpretadas como informações estáticas, visto que demandam toda uma avaliação sobre a dinâmica da administração pública, dos processos licitatórios em andamento, dos recursos vinculados, ou seja, há muitas considerações a fazer, visto que, em face de sua relevância e influência na vida dos administrados, os serviços públicos não devem sofrer solução de continuidade, sendo prestados, necessariamente, de maneira contínua e ininterrupta. As informações apresentadas, portanto, são utilizadas para fins comparativos, para avaliar se as metas previstas foram ou não atingidas. A avaliação da efetiva disponibilidade demanda todo um levantamento gerencial. Em seguida, foram apresentados alguns quadros com os valores transferidos financeiramente para as demais entidades integrantes do orçamento municipal, a Distribuição da Despesa por unidade orçamentária da Prefeitura, comparativo dos resultados quadrimestrais em termos de Recursos Vinculados e Não Vinculados em 2020 e 2021 para demonstrar a mudança de cenário econômico de um exercício para outro, que muito se assemelha ao movimento de uma montanha russa, situação que foi ilustrada com as receitas do ICMS e do FUNDEB, as Principais Receitas que são as grandes responsáveis pelo comportamento da arrecadação de uma maneira geral, as Receitas e Despesas de Capital, Resultado Primário e Nominal, Gestão Fiscal (Despesas com Pessoal e Receita Corrente Líquida), Dívidas Fundada e Flutuante, além de informações complementares relativas à aplicação dos mínimos constitucionais na Saúde e na Educação e

um demonstrativo específico para o FUNDEB. Encerrando a apresentação da Prefeitura, a Secretária Adjunta da Fazenda informou que os relatórios e demonstrativos oficiais do RREO e do RGF foram divulgados na Imprensa Oficial do Município de 27 de janeiro de 2022. Aproveitou a oportunidade para divulgar a ferramenta denominada “Planejamento Interativo” disponibilizada no *site* da Prefeitura, utilizada pela Administração Municipal a partir de 15 de fevereiro, para coletar as sugestões da população para a construção do orçamento de 2023, reforçando, mais uma vez, quanto ao e-mail: fazenda.audiencia@indaiatuba.sp.gov.br para encaminhamento das dúvidas e/ou solicitações de maiores esclarecimentos. Na sequência, Cesar Henrique Wulk, diretor de departamento, como representante do SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Indaiatuba, apresentou os resultados alcançados na execução orçamentária da autarquia no 3º quadrimestre de 2021, em termos de: receitas, despesas e disponibilidades financeiras. Em seguida, Luciana dos Anjos Silva Fanger, diretora financeira, como representante da FIEC - Fundação Indaiatubana de Educação e Cultura, iniciou a apresentação comentando sobre os cursos oferecidos pela Fundação, número de alunos, fontes de financiamento (recursos federais, recursos municipais e recursos resultantes de parcerias com a iniciativa privada) e as adequações dos cursos durante a pandemia. Destacou que a FIEC conquistou mais uma vez a Certificação do Selo de Qualidade CRQ. Passando para as informações orçamentárias e financeiras do 3º Quadrimestre de 2021, apresentou os valores arrecadados, as despesas realizadas e as disponibilidades financeiras, informando que todos os relatórios estão disponíveis no *site* da Fundação. Encerrou a apresentação com o registro da campanha de doação de sangue que ocorre na entidade em parceria com a Unicamp. Marcos Barce, diretor financeiro, como representante do SEPREV – Serviço de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores Municipais de Indaiatuba, apresentou as receitas e despesas da Autarquia (FUNPREV e FAS), destacando que houve um déficit na arrecadação relativa ao Fundo Previdenciário, devido aos rendimentos de aplicação financeira terem ficado muito aquém do esperado em função do cenário político e econômico, ainda influenciado pelos efeitos da pandemia do novo Coronavírus e das novas variantes, que trouxeram muita volatilidade ao mercado financeiro. Informou, por fim, que por conta da alta da inflação e da própria situação econômica, a meta atuarial ficou bem distante de ser cumprida. Nada mais havendo a tratar, deram por encerrada a audiência relativa à avaliação das metas fiscais do 3º quadrimestre do exercício de 2021. O vídeo da audiência contendo as apresentações das entidades com duração de 1 (uma) hora e 54 (cinquenta e quatro) minutos foi disponibilizado na data e horário convenencionados. Eu, Larissa Bruna de Almeida, DAS III, lavrei e assinei a presente ata.

Indaiatuba, em 16 de fevereiro de 2022.

Larissa Bruna de Almeida